
ANTÓNIO A. ARANTES
Universidade Estadual de Campinas
Antropologia Social

As Tramas da Memória: antigas estruturas e processos culturais contemporâneos

233

Reflectindo sobre as práticas de defesa do património cultural do Brasil relativas a estruturas arquitectónicas e a cidades históricas, procura-se mostrar, por um lado, que a memória social resulta de um conjunto complexo de práticas sociais capazes de contribuir para a construção cultural da nação enquanto representação simbólica e, ao mesmo tempo, para legitimar as

trajectórias de formação das elites dirigentes e, por outro, que as iniciativas preservacionistas da sociedade ou as suas respostas às políticas governamentais se projectam em sentidos que nem sempre são coerentes com as intenções dominantes e que podem eventualmente estar em contradição com elas.

AINDA que este simpósio refira-se a processos culturais que cruzam contextos sociais e políticos distintos e entre si contemporâneos, acredito ser pertinente trazer ao debate o tema da construção da memória social que em princípio implica essencialmente a diacronia. Essa transposição do eixo do espaço para o do tempo justifica-se não só porque, como se tem afirmado, o passado é um lugar distante, onde se vive de outro modo. Isso também. Mas ela é pertinente principalmente em decorrência da adoção de uma perspectiva teórica que enfatiza a dinâmica dos processos culturais e que põe em relêvo o trabalho social de apropriação e reelaboração de estruturas pré-existentes como aspectos importantes da produção cultural contemporânea.

Essa perspectiva teórica projeta as questões que aqui nos ocupam no conjunto mais amplo dos processos pelos quais técnicas, materiais, padrões estéticos e valores gerados num determinado tempo ou lugar são trabalhados e

incorporados a configurações sócio-culturais diversas daquelas onde eles foram criados, passando a incorporar novos sentidos. Ao deixar de considerar esses padrões e objectos em si mesmos e por si mesmos, esta abordagem permite que se identifiquem as práticas sociais que se constituem em torno daqueles bens culturais em seus novos contextos e as consequências disso sobre domínios específicos do social, como por exemplo a construção das articulações simbólicas que configuram as relações de poder e os chamados contra-poderes.

Partindo dessas premissas e tomando como referência empírica práticas desenvolvidas em torno de estruturas arquitetónicas e cidades históricas preservadas por órgãos oficiais de defesa do património cultural no Brasil, procurei mostrar, por um lado, que a memória social não resulta da conservação de estruturas e de bens transmitidos mecanicamente de geração a geração, mas sim de um conjunto complexo de práticas sociais⁽¹⁾ que tem ou *podem* ter o efeito de contribuir para a construção cultural da nação como representação simbólica e para legitimar as trajectórias de formação das elites dirigentes. Este aspecto do argumento evidentemente corrobora as teses convencionais sobre o assunto.

Por outro lado — e este é um aspecto não menos importante, mas muito negligenciado da questão — quando se põe em destaque as iniciativas preservacionistas da sociedade ou as suas respostas às políticas governamentais, contra esse espelho que supostamente reflectiria a todos indistintamente, projectam-se inúmeros sentidos que nem sempre são coerentes com as intenções dominantes e que podem eventualmente estar em contradição com elas.

A meu ver, esses dois processos não são dissociados um do outro, mas compõem um mesmo todo que deve ser interpretado em sua complexidade.

2. No Brasil, em que pese o fato da ideologia da democracia racial informar grande parte das manifestações do que se pretende que seja a cultura nacional, o investimento governamental privilegiou e tem privilegiado a concretização de uma imagem de nação que é católica, branca e luso-brasileira.

⁽¹⁾ Retomo aqui parcialmente assuntos que abordei em Arantes, 1978 e 1989.

É bem conhecido o pluralismo que fundamentou o projecto de Mário de Andrade, um dos principais responsáveis pela criação do Serviço Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) na década de 30. A sua concepção de património tentava recuperar conceitualmente a complexidade histórica e estrutural do perfil cultural brasileiro, levando em conta tanto as especificidades das etnias nativas e imigrantes quanto as diversidades regionais. Apesar disso, a política efetivamente adotada pela SPHAN privilegiou claramente o acervo produzido no fluxo principal dos grandes ciclos económicos do período colonial e durante o império. Efetivamente, mesmo em São Paulo e em regiões onde, em alguns contextos, o luso-brasileiro é um dos componentes de conjuntos pluriétnicos complexos, tem-se preservado com maiores investimentos políticos e económicos aquilo que no Brasil há de mais português. Apenas muito recentemente os serviços de património (principalmente os estaduais e municipais) cuidaram de tomar bens associados a alguma vertente não dominante ou mais recente da história cultural brasileira.

Em São Paulo, os órgãos federais de preservação da memória nacional viram, como escreveu Mário de Andrade em ofício ao então Diretor da SPHAN, "ou ruínas de quanto o progresso rastaquera não cuidou de preservar, ou precariedades duma gente dura e ambiciosa, que menos cuidava de delícias que de aventura" (Andrade, 1981:80). De fato, os criadores do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deixaram à sua própria sorte—ou a critério de gerações futuras—estações de estrada de ferro, importantes conjuntos arquitetônicos, parques, praças, fábricas e casarões que compunham a paisagem urbana de São Paulo cujo centro histórico, já nos anos de criação das políticas preservacionistas, entrava em processo de acelerada e muitas vezes danosa transformação.

Os estudos sobre o sentido institucional desse processo deixam claro que o seu efeito mais geral foi o de contribuir para a construção de uma identidade nacional através de uma reconstituição linear do processo histórico brasileiro da Colônia à proclamação da República, sem rupturas nem conflitos. Aliás, para os criadores da SPHAN, uma das metas fundamentais desse trabalho era, explicitamente, "abrasileirar os brasileiros". Além disso, não foi por acaso que a instalação desse serviço ocorreu no início

do Estado novo, regime que se implantou com um projeto ideológico bem articulado e centrado no princípio do fortalecimento do Estado⁽²⁾, que nesse período assumia claramente o papel de dirigente e organizador da sociedade. Aliás, muito significativamente, a primeira medida adotada pelo recém criado órgão preservacionista foi tombar Ouro Preto, cidade que a um só tempo representava o apogeu da arquitetura e da arte sacra coloniais e foi cenário da Inconfidência, que é o grande marco da emancipação do Brasil do regime colonial. Essa cidade é um dos principais territórios onde se funda, oficialmente, a nacionalidade no Brasil.

Esta conjunção de fatores leva a confirmar a hipótese mais geral formulada por Hobsbawm (Hobsbawm e Ranger, 1984:17) acerca da "invenção" de monumentos e cerimônias públicas depois da Revolução Industrial e que ele interpreta como estabelecendo ou simbolizando a coesão social, legitimando instituições, *status* ou relações de autoridade, e promovendo a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento.

3. Entretanto, ao se estudar mais detalhadamente a constituição do campo intelectual no Brasil, as relações dos intelectuais com o Estado e, mais ainda, quando se levam em consideração as concepções e trajetórias dos atores diretamente envolvidos, percebe-se que aquela explicação é parcial por várias razões.

Desde logo, constata-se que os interesses e concepções dominantes no Governo nem sempre coincidem com os que representavam as forças geradoras e propuloras do processo preservacionista e que devem ser reconhecidas na sua especificidade. Deste ponto de vista confirma-se, por exemplo, a tese de Lúcio Costa de que, no trabalho em defesa do patrimônio feito em sua fase histórica (1938/37) sob a orientação de Rodrigo Mello Franco de Andrade, predomina um "clima universitário" (Andrade, 1986:7). De fato, coube a Rodrigo, como chefe de gabinete do Ministro da Educação de Getúlio Vargas, "convocar importantes figuras do modernismo (...) para integrarem os valores culturais na vida do país" (*ibid.*:238). Entre outros, colaboraram com ele o próprio Lúcio Costa,

(2) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado pelo Decreto-Lei 25, de 30 de Novembro de 1937.

Carlos Drummond de Andrade, Paulo Duarte, Mário de Andrade, intelectuais que se opuseram claramente ao verde-amarelismo integralista que tão fortemente marcou o panorama político e cultural daquela época.

A propósito, cabe lembrar os termos em que Lourival Gomes Machado, que foi um dos mais destacados interlocutores dos preservacionistas dessa chamada "fase heróica", desenvolvia nos anos 50 a sua reflexão sobre a especificidade do barroco mineiro. Em diversos ensaios, esse autor argumentou que em Minas Gerais manifestou-se artisticamente no século XVIII, pela primeira vez, uma autêntica cultura brasileira. Mas, alertava ele aos ufanistas de plantão, as suas teorias não deveriam ser interpretadas como enaltecimento do nacional enquanto tal: "Não se confundam estes reparos com tentativas sentimentais para ressaltar as glórias do escultor Aleijadinho ou — pior ainda — da arte *nacional*" (Machado, 1969:243). Para este e diversos outros intelectuais que se envolveram na questão da preservação, não se tratava de valorizar a nacionalidade e o nacional por si e em si mesmos, mas de identificar e valorizar, no local, o que havia de valores universais.

A despeito dos usos e eventuais abusos do patrimônio praticados pelas elites dirigentes, se o trabalho da SPHAN nessa fase pioneira resultou na construção de fragmentos de um enorme monumento em louvor a uma forma pré-republicana de brasilidade, o estilo tecnicamente competente com que esse trabalho se realizou, a retórica de sobriedade com que se tem feito a conservação e valorização desses bens, a probidade na condução política e administrativa desses serviços, tudo tem contribuído para que se mantenha, apesar do viés dos critérios de escolha do que preservar, o primado das concepções estéticas e intelectuais sobre conveniências ou interesses passageiros.

Evidentemente, não pretendo aqui excluir a participação ativa nos conselhos onde essas políticas são desenhadas e implementadas de alguns setores conservadores da sociedade e de instituições (como por exemplo a Igreja Católica) que por serem proprietárias de grande parte dos bens preservados pelo Estado desempenham neles influente papel. Entretanto, parece-me necessário enfatizar que, apesar disso, predominam critérios de base acadêmica e intelectual que, inclusive, devem ser sólidos o suficiente para fundamentarem e darem legitimidade a

decisões que frequentemente se contrapõem a bem consolidados interesses imobiliários.

4. Se a postura aqui adotada vale para compreender as práticas "de preservação" tal como se deram no passado, mais ainda do presente, quando são fortes as alianças entre preservacionistas e ambientalistas. De facto, nestes últimos anos vêm ganhando muita força as vozes da sociedade que trazem reivindicações (preservação de bens naturais e de núcleos urbanos) que, no fundo, justificam-se pelo princípio da defesa da qualidade de vida. Em consequência disso, nesse conjunto de fragmentos de história política e intelectual ressalta, sobretudo quando levamos em consideração o cenário contemporâneo, a emergência e consubstanciação de uma crescentê luta por direitos de cidadania que tem passado, inclusive, pela valorização de bens constitutivos de identidades mais localizadas. Destes últimos, talvez os principais exemplos no Brasil sejam o tombamento pelo patrimônio histórico federal de um terreiro de candomblé, na Bahia e de uma antiga fábrica de chá, monumento nipo-brasileiro em São Paulo.

Essa nova articulação entre preservação e ambientalismo fortaleceu-se com o desenvolvimento técnico e conceitual das políticas de preservação, processo que ocorreu em grande medida graças a debates e acordos internacionais celebrados nos anos 70. Efetivamente, é dessa época a consolidação, nos Estados Unidos, de uma tendência à valorização dos componentes étnicos nas políticas culturais, evidentemente em resposta a bem organizados grupos de pressão negros, chicanos, portorriquenhos e indígenas, entre outros, que saíram decididamente em luta por seus chamados "direitos culturais". Entre 1967 e 1977, celebram-se três acordos internacionais (Quito, Nairobi e Machu Pichu) que articulam uma concepção pluralista de patrimônio e recomendações para que os Estados signatários implementassem a diversificação dos órgãos e das instâncias responsáveis pela identificação e salvaguarda desses bens e promovesse maior integração entre políticas de preservação e o desenvolvimento do turismo. Nesse contexto, tem lugar uma mudança conceitual importante que altera a definição do objeto mesmo da ação preservacionista que de patrimônio "histórico e artístico" passa a ser definido como patrimônio "cultural".

5. Se os interesses e intenções dos preservacionistas (administradores, artistas e intelectuais) não são redutíveis aos do Estado, menos ainda o são os de quem convive com esses bens em sua vida cotidiana, ou seja, os moradores das cidades e centros históricos.

Esse aspecto do problema fica mais evidente quando nos preocupamos em compreender o que ocorre com as estruturas arquitetônicas após seu tombamento. Em consequência dessa medida administrativa inicia-se uma nova etapa na trajetória bem preservada em que ele será incorporado, em sua nova condição, à vida social da coletividade. Esse processo tem lugar através de intervenções físicas (reforma, restauro ou reciclagem) e simbólicas (redefinição e ritualização das formas de uso, explicitação e fixação de significados, etc.). Em ambas, observa-se claramente não só o carácter transformador das técnicas chamadas "de preservação" como a emergência e materialização de novas formas e significados que se agregam às coisas preservadas e que as tornam parte do presente.

O melhor estudo que se tem no Brasil a respeito dos aspectos materiais do carácter transformador da preservação refere-se ao caso de Ouro Preto, cidade setecentista que foi tombada em 1937 como "obra de arte acabada, que não iria mais crescer" e que foi declarada patrimônio da humanidade pela UNESCO. Essa pesquisa (Mota, 1987) mostrou que o número de edificações nessa cidade, tendo se mantido o mesmo por mais de 150 anos, quadruplicou 35 anos após o tombamento. Nesse processo, a política fachadista implementada pelo governo acabou forçando as construções posteriores ao século XVIII a adotarem, através de sucessivas reformas, o padrão colonial, produzindo um sem número de imitações, além de haver induzido o surgimento de uma arquitetura neo-colonial onde aparecem, nas laterais das edificações, elementos próprios da vida contemporânea: vãos amplos, esquadrias e grades de ferro, balcões, etc.. Ou seja, ocorreram em Ouro Preto dois processos paralelos. Um deles, desencadeado pelo órgão oficial "de preservação", acarretou uma relativa homogeneização do conjunto arquitetônico que adoptou o padrão setecentista dominante. O outro, provocado pelo crescimento populacional e pelos modos de vida que se desenvolveram na cidade "histórica", teve por sua vez duas consequências: por um lado, levou ao

preenchimento de áreas que se encontravam até então vazias, transformando as paisagens que o tombamento visara preservar; por outro, propiciou a emergência de uma arquitectura híbrida que procurava, a um só tempo, satisfazer as normas técnicas da SPHAN e as necessidades e gostos contemporâneos.

Esses processos revelam que não é absoluto o poder do órgão oficial de preservação de dar aos monumentos nacionais a configuração que lhe pareça adequada. Eles tornam evidente, também, que em contrapartida aos constrangimentos determinados pelas estruturas pré-existentes, o novo exerce a sua força transformadora sobre o antigo. E, conseqüentemente, eles permitem compreender a construção da memória como resultado de ajustamentos entre o passado e o presente operados por sujeitos que atuam em instituições que tendem a funcionar segundo normas e valores próprios, tecnicamente fundamentados.

6. Um último caso permitirá aprofundar um pouco a reflexão sobre o processo de reinterpretação simbólica por que passa a estrutura que se transfere de um contexto cultural para outro.

A capela de S. Miguel, construída em 1522 e remanescente de antigo conjunto arquitetónico jesuítico, encontra-se hoje como bem isolado, num populoso bairro habitado por trabalhadores na cidade de S. Paulo. Não sendo há mais de dez anos usada como templo, houve para a sua "revitalização" dois projetos conceitual e politicamente conflitantes: o de transformá-la em museu de arte sacra popular e o de utilizá-la como pequeno centro cultural comunitário. A partir de uma negociação entre técnicos e usuários potenciais, o órgão responsável da prefeitura concordou que fosse testada a segunda alternativa, através de um programa de uso temporário⁽³⁾.

Nesse processo, sem que se fizessem alterações físicas no prédio, poetas, músicos, dançarinos, artesãos e pintores do bairro, explorando as possibilidades polissêmicas da capela como estrutura arquitetónica, reconceituaram-na através do uso em poucas semanas, transformando-a num pequeno teatro de bairro: a nave principal transformou-se em platéia, o altar em palco, a sacristia em

⁽³⁾ Reconstituí este episódio mais detalhadamente em Arantes, 1981 e 1984.

camarim, o alpendre em galeria de exposições, o coro em cabine de cenotécnica e assim por diante.

Esse processo de reinterpretação da antiga estrutura em vista de concepções e necessidades deu-se também no uso dos espaços externos. As sucessivas remodelações promovidas por diferentes prefeitos na área ao redor da capela não foram suficientes para camuflar o antigo terreiro, que tão bem tinha servido primeiro a práticas de catequese e mais tarde à celebração das festas de Santa Cruz que vários moradores do bairro ainda tinham na memória. Esse espaço e a sua força simbólica ressurgiram vigorosamente nas apresentações de reisado, nas cirandas e principalmente na noite em que a capela seria finalmente reaberta ao público. Lá formou-se o cortejo que, acompanhando uma pequena bateria de escola de samba, inaugurou a capela-teatro, trazendo consigo artistas do bairro, parentes, amigos e curiosos que, após a ocupação do novo espaço em passos de dança e ao som de sambas-enredo locais, sentaram-se solenes em círculos concêntricos para ouvir as histórias do bairro de São Miguel, narradas pelos moradores mais antigos.

Esse processo de transmutação da velha capela pelos artistas do barro restaurou momentaneamente a aura daquele edifício que estivera vago por tanto tempo e propiciou a formação de um forte senso de apropriação simbólica e prática da capela pelos artistas e seu público. Muito significativamente, depois da sua reabertura, os artistas passaram a ocupá-la permanentemente, dia e noite, revezando-se sob a alegação de defender os bens ali expostos e os equipamentos utilizados nas apresentações de música e dança. Terminado o período de uso experimental que fôra combinado, entretanto, a prefeitura cortou o fornecimento de energia elétrica e, através de exigências administrativas, recuperou o controle do edifício ao qual, passados mais de dez anos, ainda não se deu qualquer destinação⁽⁴⁾.

Este caso ilustra que o eventual resgate de um objeto pré-existente em sua potência simbólica resulta menos das re-interpretações físicas que deles se façam, do que da

(4) A despeito das dificuldades criadas nessa época (1978/79) pela prefeitura de São Paulo à continuidade da programação experimental, nesse processo constitui-se o Movimento Popular de Arte que teve papel destacado na condução das questões culturais da Região Leste de São Paulo até muito recentemente.

possibilidade de novos sujeitos efetivamente incorporaram esses bens a suas vidas e projetos.

7. Ainda estão para ser melhor identificados os principais núcleos articuladores dos processos aqui esboçados. Entretanto, acredito que esta rápida reflexão tenha justificado, desde logo, a necessidade de não se trabalhar apenas no plano simbólico, nem tampouco com macro-conceitos, ainda que estes possam indicar o sentido mais geral da dinâmica cultural. É preciso, antes, reconstituir os processos considerados em sua filigrana, pois nesse tecido encontram-se as modulações (senão contestações) que tornam aqueles sentidos mais amplos, vagos e genéricos parte de experiências sociais específicas e históricas.

Embora esquemático e incompleto, o quadro aqui apresentado é, a meu ver, suficiente para deixar claro o quanto é inadequada e falaciosa a compreensão atualmente dominante que, tomando os bens patrimoniais em si e por si mesmos, não levam em conta a sua razão mesma de existir, que advém das tramas culturais e sociais que criam, a partir deles, fatos culturais novos. Este rápido esboço sugere, inclusive, que para compreender adequadamente este processo e outros análogos não basta deter-se na interpretação semiológica do entrelaçamento de sistemas simbólicos e de valores, mas que é necessário observar as atividades e práticas que conferem existência objetiva e localizada a esses fragmentos de cultura, originários de outros tempos e lugares.

Ao abordar aqui o tema de memória social pretendo sugerir também que o processo de transmutação de estruturas culturais não deve ser concebido como simples involução de algo que teve plena vigência alhures e tampouco deve ser interpretado como consequência de decisões unilaterais de personagens ou instituições todo-poderosas. Não descartando a função propriamente ideológica que pode ser mais preeminente em alguns contextos e situações do que em outros, o estudo mais pormenorizado do caso da preservação do patrimônio cultural no Brasil revela, além disso, ou talvez *mais* que isso, a existência de uma intrincada trama de forças sociais e culturais que é tecida por atores que ocupam posições sociais diferenciadas em termos das estruturas de poder vigentes.

Os fatos apresentados são indicativos, também, de que o processo pelo qual estruturas materiais e significados

são ao mesmo tempo conservados e modificados pela ação simultânea e nem sempre convergente de atores e grupos sociais distintos é, ao mesmo tempo, o processo pelo qual esses atores lhes imprimem, por via dessas transformações materiais e simbólicas, as suas marcas de identidade, tornando-as *suas*.

Uma consequência disso, no caso da preservação, é que essas práticas devem ser analisadas e expostas a uma reflexão crítica que não as rejeite simplesmente como produto de um certo conservadorismo inerente à cultura das elites ou da barbárie resultante da suposta ignorância do povo, mas que, antes, as tome como realidades complexas que remetem a distintos planos de experiência humana e seja capaz de reconstituir e interpretar adequadamente o entrelaçamento de concepções e de interesses em cena.

Ao nos colocarmos desse ponto de vista, deixam de ter relevância tão somente as informações técnicas e frias que fundamentam a construção dos monumentos da memória. Surge também como questão fundamental o *modo* como se lembra pois será esse *modo* (em nosso percurso, a escolha do que preservar e as intervenções materiais e simbólicas realizadas nos bens preservados) o que permitirá a um determinado grupo reconhecer essa memória como *sua*. ■

Referências Bibliográficas

- Andrade, M. de 1981 *Cartas de Trabalho*. Rio de Janeiro: SPHAN/Pro-Memória.
- Andrade, R. M. F. de 1986 *Rodrigo e Seus Tempos*. Rio de Janeiro: SPHAN/Pro-Memória.
- Arantes, Antônio A. 1978 "Documentos históricos, documentos de cultura". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 22.
- 244 Arantes, Antônio A. 1981 "A demanda da Igreja Velha: análise de um conflito entre artistas populares e órgãos de Estado". *Revista de Antropologia*, Universidade de São Paulo, Vol. 24.
- Arantes, Antônio A. 1984 "Revitalização da Capela de São Miguel Paulista". In A. A. Arantes (ed.), *Produzindo o Passado*. São Paulo: Brasiliense.
- Arantes, Antônio A. 1989 "La preservación del patrimonio como práctica social" In R. Ceballos (ed.), *Antropología y Políticas Culturales: Patrimonio e identidad*. Buenos Aires.
- Hobsbawm, E. e Ranger, T. 1984 *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Machado, L. G. 1969 *Barroco Mineiro*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Mota, L. 1987 "A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 22.